

OS LIBERTOS NO PÓS-ABOLIÇÃO: UMA ANÁLISE DO AGENDAMENTO NAS PÁGINAS DA GAZETA DE NOTÍCIAS¹

George VIDIPÓ²
Mestre

SME-RJ/Secretaria Municipal de Educação, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Este trabalho estuda os dois primeiros anos do pós-abolição, 1888 e 1889, onde o “bem-estar” futuro do liberto foi pensado pelos políticos e ex-proprietários de escravos. Observaremos a mudança de tratamento dado pela imprensa ao liberto, negro, antes e depois da Abolição da Escravidão (1888). Usaremos para o desenvolvimento desta pesquisa a metodologia do “agend-setting”, o agendamento, para constatar a mudanças na imprensa em relação aos libertos. Estudaremos o *Gazeta de Notícias*, um dos maiores jornais do Rio de Janeiro no último quartel do século de XIX.

Palavras-chave: História da Mídia Impressa; *Gazeta de Notícias*; Agend-setting; Pós-Abolição; Século XIX.

Este trabalho estuda os dois primeiros anos do pós-abolição, 1888 e 1889, onde o bem-estar futuro do liberto foi pensado pelos políticos e ex-proprietários de escravos. Isso foi, sobretudo, uma preocupação da Coroa (Poder Moderador e Executivo) até que com o Advento de República se tornasse efêmero.

Nossa análise usará a metodologia da “Teoria de Agenda”, ou Agendamento, desenvolvida por Maxwell McCombs, Don Shaw, e David Weaver a partir de 1968. Os pesquisadores em suas pesquisa perceberam que algumas, muitas, vezes a “mídia” cria uma agenda de preocupação e discussão da opinião pública. Isso ocorre devido a contínua repetição e repercussão de um determinado “tema”. McCombs observa: “... para o agendamento ocorrer, é necessário haver indivíduos suscetíveis de ser significativamente programados (...). Não há dúvida que a mídia pode influenciar as imagens dos indivíduos no que se refere a saliência de alguns temas...” (MCCOMBS, 2009, p. 59)

Iremos focar na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, como fonte e objeto. Esse era um dos principais jornais do final século XIX na Corte e província o Rio de Janeiro. Para a historiografia, ele era um periódico republicano e abolicionista. Entretanto, ele se declarava,

¹ Trabalho apresentado no GT – História da Mídia Impressa, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Mestre. Professor de história da educação básica da SME-RJ/Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro; Pesquisador Grupo de Pesquisa Culturas e Decolonialidade do IFRJ. email: historiavidipo@yahoo.com.br

na década de 1870 e 1880, “imprensa neutra”, ou seja, sem partido político ou lado partidário. (VIDIPÓ, 2019)

Esse periódico junto com outros da cidade do Rio de Janeiro, a *Imprensa Fluminense*³, organizou a grande festa de comemoração da “Abolição da Escravidão”, entre os dias 17 e 20 de maio 1888. Para a *Gazeta de Notícias* com o 13 de maio o Brasil entrava na “civilização”.

Por isso, é importante observar como o jornal relatou os acontecimentos pós-13 de maio e como o liberto, ex-escravo, que passou a ser “cidadão”, foi tratado pela imprensa.

- **A Gazeta de Notícias no Pós-Abolição.**

O editorial da *Gazeta de Notícias*, de 14 de maio de 1888, previu o futuro do liberto: “Não há mais escravos; todos são livres; todos são iguais; todos têm aberta diante de si uma carreira por onde podem avançar até onde seus talentos o permitirem”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de maio de 1888, p.1) Um discurso essencialmente liberal, no entanto o periódico ignorava as condições dos libertos de competirem pelos melhores postos de trabalho, pois a escravização tirara-lhe essa possibilidade.

O mesmo editorial indicou a discussão que estava em curso no Parlamento e no Ministério da Justiça sobre o futuro dos libertos nas cidades e no campo. Havia a notícia de que muitos libertos deixaram as fazendas e ficavam vagando pelas matas, invadiam as propriedades e roubavam mantimentos. Assim opinou a *Gazeta de Notícias*:

Nada de querer, por meio de leis sobre vagabundagens, curar em poucos rabiscos de penas as consequências de uma lepra que lavrou três séculos os nossos organismos. Não se deixou que os senhores vicejassem impunes durante três séculos? Por que não se há de deixar os vagabundos sossegados ao menos durante três meses? (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de maio de 1888, p.1)

O jornal observava que havia uma dívida entre os senhores e os libertos. Como compensação para os ex-escravizados, o periódico propunha três meses de sossego sem o importuno das autoridades. Depois o peso da lei e repreensão.

A *Gazeta de Notícias* não divulgou, por exemplo, que nos anos anteriores, políticos como Joaquim Nabuco, em 1884, havia proposto uma mudança da Lei Agrária para

³ No dia 12 de maio de 1888, os jornais da Corte resolveram fazer um festejo pela aprovação da Lei Abolicionista. Eles organizaram uma associação com o nome de “Imprensa Fluminense” composta pelos jornais: *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *Cidade do Rio*, *Diário de Notícias*, *Revista Ilustrada*, *Época*, *Gazeta da Tarde*, *Novidades* e *O Apóstolo*.

estabelecer a pequena propriedade para os libertos e seus filhos como garantia do futuro (MACHADO, 2014, p. 270); ou que o Senador Dantas, em 1887, propôs a criação de colônias agrícolas, a margem dos rios e das estradas, para educar os ingênuos e libertos (OP. CIT, p. 252); ou que o Deputado Afonso Celso idealizou o estabelecimento de escolas para a instrução profissional (OP. CIT.); e que o engenheiro e abolicionista André Rebouças foi propositor da “democracia rural” e do assentamento de libertos em pequenas propriedades (OP. CIT.). Todas essas propostas haviam sido derrotadas no Parlamento, mas buscavam reduzir a desigualdade social provenientes de séculos de escravismo e de latifúndio.

A *Gazeta de Notícias* não tocou nesses pontos. Para o jornal, a ação individual dos libertos seria capaz de tirá-los de uma situação de miséria e levá-los para a prosperidade. Ao mesmo tempo, o editorial mostrava de que lado estava, pois a opção dos proprietários paulistas pela libertação dos cativos, como do Senador paulista Antônio Prado, estava em não desorganizar ainda mais a mão de obra na “lavoura”. Para isso, o antídoto era a imigração de braços europeus como trabalhadores assalariados.

No Parlamento, o Deputado Coelho Rodrigues e o Senador Barão de Cotegipe passaram a propor indenização para os ex-proprietários de escravos. No entanto, esses associavam a indenização com a criação de algum benefício para os libertos como as colônias agrícolas e colégios de instrução profissional. Cotegipe entendia que a indenização era uma forma de sobrevivência das instituições monárquicas, por isso, era necessária e urgente. (GAZETA DE NOTÍCIAS, de maio a novembro de 1888)

A *Gazeta de Notícias* procurava dividir em suas edições a notícia de um evento da opinião do jornal e seus colunistas. Nas questões políticas e econômicas o periódico utilizava duas colunas: “Cousas Políticas”, de Ferreira de Araujo⁴, e “Chronica da Semana”, de Demerval da Fonseca. Nelas, em nenhum momento, repercutiram as propostas de cuidado, ou preocupação, com o futuro socioeconômico dos libertos.

Na década de 1880, a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* eram defensores da pequena propriedade como estratégia de modernização da nação. Entretanto, nos anos de 1888 e 1889, se calaram sobre o tema, principalmente quando a Monarquia, através do Poder Moderador⁵, passou a indicar que a pequena propriedade era o caminho a ser seguido pelo Império. (VIDIPÓ, 2018)

⁴ Era proprietário e o redator-chefe da *Gazeta de Notícias*.

⁵ “Fala do Trono” por ocasião da abertura da 4ª sessão da 20ª Legislatura, em 03 de maio de 1889. (BRASIL, 1977, p. 509-513)

Até o fechamento do ano legislativo de 1888, o Barão de Cotegipe apontou e, ou, registrou nas sessões do Senado o recebimento de “monções de lavradores”, pedindo compensação financeira pela perda de cativos. A associação entre indenização e a forma de governo eram sempre associadas nos debates da Câmara e do Senado. No entanto, o projeto de Cotegipe foi rejeitado por uma votação de 31 a 10 votos. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 19 de julho de 1888, p.1) A derrota na proposição indenizatória não fez os deputados e senadores se acalmarem e novas propostas foram feitas no ano de 1889. Curiosamente, a indenização para os ex-proprietários tinha sempre alguma compensação para com os libertos.

Os deputados indenizistas argumentavam que os lavradores foram espoliados e violados do sagrado direito de propriedade. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 19 de julho de 1888, p.1) Já a *Gazeta de Notícias* não tomava posição clara sobre a indenização, mas divulgava em suas edições “cartas-artigos” de lavradores defendendo ou requerendo-a. Nesses artigos, os lavradores a demandavam devido à situação difícil em que se encontravam e denunciavam a falta de mão de obra. Os libertos se retiraram das fazendas e as plantações ficaram abandonadas. Combinavam preço por determinados serviços, mas os deixavam pela metade, pois eram arregimentados por outro lavrador. As emoções nas “cartas-artigos” eram variadas, mas prevaleciam súplicas aos Senadores Barão de Cotegipe e Paulino de Souza e ao Imperador. Em uma “carta-artigo” de autoria do “Conservador da Roça” foi feita uma reclamação típica:

Questões políticas-sociais.

Honra à realeza

Parabéns à lavoura do Ouvidor por já ter feito a sua colheita. (...)

Além das colheitas feitas e não obstante não ser ainda a ocasião a mais propícia para semear-se os cereais, já estão com as roças plantadas.

Enquanto nós os desgraçados cá do interior, estamos com menos da metade das colheitas para fazer e obrigados a exportá-la imediatamente para obtermos os meios de pagar o salário ao trabalhador rebelde, o qual, apesar de só trabalhar regularmente quatro dias na semana, isto é, de terça a sexta-feira, e sem fazer caso de dinheiro por que mal recebe o ordenado gasta inutilmente, não quer trabalhar barato e é inconstante no trabalho experimentando constantemente novos padrões. (...) No entanto, é essa mesma lavoura que reclama a indenização. A indenização é uma dívida do Império, porque tanto direito tem o rei ao trono como o senhor tinha sobre o escravo. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 6 setembro de 1888, p.3)

O autor do artigo, Conservador da Roça, demonstrou que as plantações estavam em dificuldades, pois os lavradores não conseguiam controlar a mão de obra e não havia dinheiro (moeda) suficiente para pagar os libertos. Esses tiravam proveito mudando de contrato por melhor oferta. O salário, ou remuneração por serviço, ficava maior porque os libertos eram aliciados por emissários do Oeste Paulista. O autor protestava então contra a atitude do

Presidente do Conselho de Ministros João Alfredo que fez a Abolição, mas não se preocupou com os lavradores. Assim, a situação que eles estavam vivendo era em decorrência da falta de consciência dos eleitores na hora escolher os seus representantes. O Brasil só se modificaria com a “libertação do eleitorado”.

Para o Conservador da Roça a indenização tinha que ser resolvida pela Monarquia. No rodapé de seu artigo, ele defende: “A indenização só pode ser negada pela República, apesar de ser mais sagrada essa dívida do Estado (...). A escravidão foi autorizada pelo Estado e tolerada por todas as classes da nação.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 6 setembro de 1888, p.1) Essa colocação é importante, pois o autor negava a responsabilidade de indenização com a mudança da forma de governo e ao mesmo tempo era uma tentativa de coação do regime monárquico para indenizá-lo.

Outro grande proprietário de terras e escravos, Joaquim José de Souza Breves⁶, também se manifestou na *Gazeta de Notícias* escrevendo uma carta-artigo, que foi publicada na página 5, com o título “A S. M. o Imperador”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de outubro de 1888, p.5) O artigo, ocupou três colunas, e nele, Breves fez um resumo das leis emancipacionistas e da situação da lavoura “serra acima”, Vale do Paraíba do Sul, e propunha um novo sistema de financiamento da lavoura onde renderia para a nação 200 mil contos de réis por ano. Com esse lucro, o Império poderia pagar “a propriedade escrava” e trazer imigrantes para o país. Para Breves, esses imigrantes deveriam vir com uma fortuna média de 20 a 30 contos de réis para que comprassem fazendas no Brasil. Esse projeto de financiamento e a criação de um novo banco traria a felicidade: “... 1º) dos pobres libertos; 2º) dos lavradores em geral; 3º) de toda a nação; ...” (OP. CIT.)

O artigo de Joaquim Breves é de grande relevância, pois ao descrever a situação da lavoura no pós 13 de maio, aproxima-se das exposições dos outros lavradores denunciantes. O autor assim apresenta a situação:

... grande quantidade de indivíduos em serra acima terão de morrer à fome, porque quase ninguém tem feito plantação de milho e arroz, estando passado o tempo próprio; e quanto à colheita de café, tem sido somente exportada pelos ladrões, que são coniventes com os libertos, que, além de roubarem o café nas tulpas e nos terreiros, também furtam nos cafezais e tudo vendem por pouco mais de nada, assim como furtam animais, gado, porcos e carneiros e tudo mais que podem, de maneira que, tendo eu colhido antes da lei cerca de 20 mil arrobas de café e contando completar uma colheita de 100 mil arrobas, ainda até hoje somente tenho

⁶ O Comendador Joaquim José de Sousa Breves [1804-1890] foi o mais opulento fazendeiro de café no Brasil Imperial, plantou 5 milhões de pés de café e era proprietário de mais de seis mil escravos, empregava-os nas suas diversas fazendas, onde o serviço reclamasse momentaneamente maior quantidade de braços.

a mesma porção que tinha colhido, porque os libertos que vão colhendo desaparecem logo e ainda roubam nas tulhas, ... (OP. CIT.)

Quanto aos ingênuos e idosos, Breves informou que assumiu o seu custo sustentando-os e alimentando-os. Importante frisar que os lavradores da região, ainda não haviam encontrado a fórmula para manutenção da produção e para a nova relação do trabalho.⁷ O pesquisador Luiz Lago (2014) observa que esses problemas dos cafeicultores, do Vale do Paraíba, estavam também associados sobretudo a baixa produtividade dos cafezais.

Todas as súplicas dos lavradores do Rio de Janeiro e de Minas que se dirigiam ao público e aos políticos via *Gazeta de Notícias* propunham alguma recompensa ou auxílio para os libertos. Nos artigos de opinião do periódico nada similar foi apresentado ou proposto. Notamos também uma mudança de tratamento em relação aos “homens e mulheres de cor”. Abaixo iremos apresentar melhor essa questão.

- **Gazeta de Notícias e os libertos**

No anos de 1886 e 1887 nas fazendas de café de São Paulo iniciou uma crescente fuga de escravizados, em grande parte incentivada pelo movimento abolicionista, os “Caifazes” de Antônio Bento. A *Gazeta de Notícias* noticiava esses acontecimentos em suas páginas sem condenar a ação dos escravizados. Vejamos esse exemplo, um artigo sobre o ano de 1887:

... Enquanto a parede [greve] dos escravos da fazenda de Becco, cruzando os braços diante das enxadas advertia a província do Rio de Janeiro, de que os seus ares não estão andam puros (...) Os escravos fugidos, atravessando pacificamente povoados e campos deram aos exércitos civilizados notável **exemplo de humanidade** e respeito a propriedade particular, refugiados nas matas de Cubatão, ou no coração abolicionista de Santos... (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12 janeiro de 1888, p.1) (Grifo nosso)

Nesse fragmento o periódico expõe os escravizados como “exemplo de humanidade” e que ensina aos seus perseguidores, ditos com “civilizados”. Os escravizados educavam assim os seus opressores. Vejamos outro momento:

... há dias 30 escravos do Sr. Luiz Almeida Barros. Dez desses escravos foram presos e o delegado de polícia telegrafou para a Almeida, comunicando sua remessa dos escravos.

⁷ Hebe Mattos retrata em sua pesquisa as dificuldades que o Comendador Joaquim José de Souza Breves teve com a nova relação de trabalho dos libertos em suas 20 fazendas. (MATTOS, 2013, p. 265-270)

Foi conhecido este telegrama e mais de duzentas pessoas, a chegada do trem, apoderaram-se dos escravos e deram muitas bordoadas em quadro capitães do mato, que os acompanhavam.

Almeida não apareceu na estação se aparecesse, teria sido vítima de um desacato... (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12 janeiro de 1888, p.1)

O periódico nos apresenta que parte da população não aceitava a instituição da escravidão, estando disposta a lutar pelo seu fim. A defesa da abolição era um ato “civilizatório”.

Com o decreto da Abolição da Escravidão, notamos mudança de caracterização dos libertos. Como um artigo na *Gazeta de Notícias*, que relata que uma mulher de cor preta, de nome Maria Silveira, queria entregar uma criança de seis meses no Hospital da Misericórdia, alegando que a criança havia sido encontrada abandonada na porta de sua casa. O doutor Samuel Pertence, desconfiado, submeteu-lhe a um exame e verificou a existência de leite em seus seios. Sendo ela levada ao Chefe de Polícia, foi interrogada e, após verificação, se constatou que a Maria Silvéria era na verdade Castorina Maria Nilveria e que vivia amasiada com seu irmão. Após ser “admoestada” pelo chefe de polícia a “indigna mulher” foi liberada. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 de agosto de 1888, p.3) Outro exemplo é o caso do “Preto Rui”:

O preto Rui Francisco estava anteontem com o diabo no corpo. Tanto bebeu que embriagou-se e nesse estado atirou fogo em um rancho de Sapê no Campinho, pertencente a preta Izidora da Conceição. Rui foi recolhido ao xadrez. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 de setembro de 1888, p.3)

Outra forma de apresentar os libertos, na *Gazeta de Notícias*, era associando-os a Monarquia em agradecimento pela libertação. Nos aniversários da Princesa Isabel, do Imperador, na chegada da família imperial, foram retratados fazendo festas:

Paraíba do Sul, 7.

Rezou-se hoje a missa que os libertos das fazendas União e São Lourenço, do Visconde de Entre Rios, mandaram celebrar.

Os libertos apresentaram-se acompanhados da sua banda de música, e depois da missa, saíram em passeata.

Mais de 1000 pessoas acompanharam o grupo dos libertos, que percorreram as diversas ruas da cidade, dando entusiásticas provas do seu reconhecimento e gratidão a princesa Isabel. (...)

Os libertos cantaram o hino da independência e deram vivas a Imperatriz, a Princesa Imperial e a S. M. o Imperador. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 8 de setembro de 1888, p.2)

O jornalista teve a preocupação de vincular o festejo à Monarquia e ao nome da Princesa, bem como a forma ordeira da festa promovida pelos libertos. A historiadora Maria

Tereza Chaves Mello observou que a imprensa carioca na década de 1880 associava o Império ao “atraso” e ao “privilégio”. (MELLO, 2007, p. 179-181) Essa preocupação da *Gazeta de Notícias* em apresentar essa associação da Família Imperial com os libertos estava em demonstrar que a manutenção do sistema monárquico era apenas um desejo dos libertos. Os negros, ex-escravos, ou não, eram vistos como incapazes e atrasados naquele momento. (HOFBAUER, 2006)

Os libertos também estavam vinculados à insegurança e aos conflitos. Nos meses de julho a dezembro de 1888, houve confrontos entre os negros e os defensores da República. (GAZETA DE NOTÍCIAS, de julho a dezembro de 1888) Foi nesse período que surgiu ou se formou a “Guarda Negra”. A *Gazeta de Notícias* apresentou a atuação da “Guarda” no Rio de Janeiro e em São Paulo, embora não falasse sobre sua origem nem a quem estava associada. Em janeiro de 1889, foi reproduzido um artigo do jornal *Novidades* sobre a Guarda Negra, com o título “Notas políticas”:

... Na ocasião a que nos reportamos a proverbial leviandade do presidente do conselho pô-lo a descoberto. Respondendo as felicitações da guarda-negra, o Sr. João Alfredo disse que desejava que prosperasse e aumentasse para a defesa das instituições do Sr. D. Pedro II e da Sra. D. Isabel I. Não há quem ignore que a guarda-negra é uma sociedade de fins até há pouco secreta e armada. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1 de janeiro de 1889, p.3)

Esse artigo aparece após uma reunião republicana liderada por Silva Jardim e Lopes Trovão, na Sociedade Francesa de Ginástica, que foi impedida de acontecer devido à intervenção de um grupo de monarquistas, em sua maioria pretos e libertos.

A *Gazeta de Notícias* retratou esse evento como o “Grande Conflito”. Na edição de 01 de janeiro de 1889, descreveu todo o dia anterior, desde a chegada de Silva Jardim ao Clube, a formação de grupos contrários à conferência republicana na rua, a agressão aos participantes do evento, a interferência da polícia, a insegurança que se instalou nas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro e a “tranquilidade que só retornou tarde da noite”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1 de janeiro de 1889, p.1)

O periódico observou que os grupos antirrepublicanos, após acabarem com a reunião, se dirigiram à Rua do Ouvidor, jogaram pedras e forçaram as portas das sedes dos jornais, sendo o principal alvo o jornal *O Paiz*.⁸ A *Gazeta de Notícias* não comentou ter sido atacada. A confusão teve três feridos graves com tiro, estando um deles ferido na testa. Somente por

⁸ O jornal *O Paiz*, tinha como redator-chefe Bocayuva Cunha, chefe do Partido Republicano, e o jornal jamais se apresentou como imprensa republicana. O periódico se definia nos primeiros anos de fundação como “imprensa neutra” e por volta de 1888 passou a se apresentar como “imprensa democrática”. Por isso condenava a Monarquia e o Imperador e dava louvores a república. (VIDIPÓ, 2018)

volta das 21 horas, a situação se acalmou em decorrência da atuação das guardas da polícia e do exército. (OP. CIT.)

Na longa descrição do “Grande Conflito”, a *Gazeta de Notícias* não usou o termo “Guarda Negra” para classificar o grupo contrário à Conferência Republicana liderada por Silva Jardim. No entanto, nessa edição surgiu um comunicado da Guarda Negra:

Guarda Negra

Em nome dos cidadãos que, levados pelo sentimento da gratidão e do patriotismo, hipotecaram a sua vida e a sua honra a Princesa Redentora, protesto contra as injúrias e aos atentados dos negro-republicanos contra os homens de cor, e declaro que só por não ser o nosso propósito perturbar a ordem, nem provocar a anarquia, a *Guarda Negra* não toma o desforço que devia tomar, porque tem força de sobra para desafrontar o seu nome e a sua raça.

A nossa calma é mais um sacrifício feito no governo, que no dia 13 de Maio fez uma pátria bastante grande para conter nossa gratidão e a torpeza dos assalariados do escravismo, mascarados em republicanos.

O chefe-geral, Clarindo de Almeida. (OP. CIT.)

O artigo reproduzido do jornal *Novidades* (OP. CIT.) argumentava que a Guarda Negra era uma instituição secreta e armada, embora sua inauguração fosse registrada no jornal *Cidade do Rio de Janeiro* no dia 10 de julho de 1888. (MATTOS, 2014) O pesquisador Augusto Oliveira Mattos argumenta que não seria possível atribuir à “Guarda Negra” o confronto na Sociedade Francesa de Ginástica, pois não havia uniformes ou hierarquia definida, mas admite que fora uma ação de capoeiras. (OP. CIT.) Já, o estudioso da Guarda Negra, Carlos Eugênio Líbano Soares (1999) defende que ela estava inserida na existência de várias maltas de capoeiras do Rio de Janeiro. Para o autor, parte delas tinha relação com os políticos do Partido Conservador e com a polícia na década de 1880.

No artigo de Clarindo de Almeida, exposto acima, a preocupação era de demonstrar que a “Guarda Negra” estava sendo injuriada por “negro-republicanos” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1 de janeiro de 1889, p.1) e que pela ordem ela não reagiria. (OP. CIT.)

A “Guarda Negra” apareceu com certa frequência nas páginas da *Gazeta de Notícias*. O periódico relatou que, em São Paulo, o abolicionista Antônio Bento, líder dos “Caifazes”, rejeitou a criação da “Guarda” na província. O jornal informou que, no dia 6 de janeiro de 1889, foi feita uma reunião no teatro Polythema com “homens de cor” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7 de janeiro de 1889, p.2), para deliberar se deveria ser organizada a “Guarda” também em São Paulo. O convidado principal, Antônio Bento, declarou que não tinha ponderado sobre que atitude tomar a respeito. Então, os libertos presentes no teatro tomaram a decisão da não criação da organização em São Paulo. (OP.CIT.)

Posteriormente, a *Gazeta de Notícias* voltou a relatar sobre a “Guarda Negra” e Antônio Bento em São Paulo. Segundo o periódico:

O Dr. Antônio Bento fez hoje ao Sr. Gaspar da Silva, redator do Mercantil uma imponente manifestação.

O Dr. Antônio Bento declarou que à vista da infâmia da plateia, e vendo O Mercantil desprotegido pelo governo e pela polícia, como conservador que era saía da obscuridade e vinha fundar a guarda negra, para garantir o trono e a ordem. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 6 de março de 1889, p.2)

Nesse relato, fica demonstrado a ligação de Antônio Bento com o Partido Conservador e sua preocupação com a Monarquia. Observamos também a importância que o líder abolicionista tinha com o público negro e que a Guarda Negra não era essencialmente uma organização de libertos. No ano de 1889, ela assinou dois outros artigos na *Gazeta de Notícias*, sempre na página três, como carta-artigo, defendendo a Monarquia e a Princesa.

Importante observar que, nesse momento, a discussão na sociedade era sobre a indenização e a distribuição de terras para os libertos. (MACHADO, 2013, p. 505-524) A “Guarda Negra”, nesses artigos, não demonstrou preocupação com a situação social dos libertos, nem propôs estratégias políticas e econômicas para melhoria de vida dos seus iguais.

Os libertos também eram importantes para um segmento dos republicanos, ao menos como retórica. Nos relatos dos périplos de Silva Jardim, na *Gazeta de Notícias*, eram apontadas a presença de libertos que tentavam impedir suas conferências. Entretanto, esses eram alcançados pela persuasão do republicano. Eles eram sempre convertidos à causa republicana. Alguns exemplos:

Vista Alegre, 5

A conferência do Sr. Dr. Silva Jardim causou profunda impressão. O teatro onde ela teve lugar estava literalmente cheio; todas as tribunas foram ocupadas por senhoras. Ao terminar, foi o ilustre democrata vivamente saudado, acompanhando-o o povo até a estação. O expresso de Vista Alegre não pôde acomodar a todos os que quiseram acompanhar o Dr. Jardim.

Muitos libertos aderiram a causa republicana, fazendo ao Dr. Silva Jardim ruidosa manifestação. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 6 de março de 1889, p.2)

Providência, 16

Depois da conferência, do Dr. Silva Jardim, houve em Angustura profuso banquete de 100 talheres, sendo magnífico o serviço feito pela casa Pascoal.

(...) Estiveram presentes muitas senhoras.

Instigados, os libertos queriam perturbar a ordem. Os republicanos, prevenidos, acalmaram os ânimos.

O Dr. Jardim seguiu para a fazenda Bom Destino, de D. Maria do Carmo e filhos. O liberto, que apontara a arma contra ele, foi pedir-lhe desculpas. O Dr. Jardim deu-lhe conselhos. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 de março de 1889, p.2)

Os libertos também estavam em outros eventos republicanos. Esses tentavam impedir todas as reuniões propagandistas. A *Gazeta de Notícias* tinha a preocupação de apresentar os ex-escravos como os responsáveis pelos impedimentos, ou badernas, contra os eventos políticos republicanos. Os libertos sempre estavam associados aos delegados de polícia e aos monarquistas, ou seja, não era uma ação autônoma. O periódico constantemente informava que os republicanos agredidos atuavam junto aos “libertos-desordeiros” convencendo-os de que a República seria benéfica para eles.

São Fidélis, 15

Chegou a Pádua, Nilo Peçanha. Foi recebido na estação com entusiasmo, música, foguetes e vivas.

Os libertos aconselhados pelas autoridades, percorreram as ruas provocando os republicanos. Tentaram invadir armados o recinto do edifício onde realizava-se a conferência.

Tendo os libertos agredido o orador e mais pessoas, foram repelidos com energia.

Depois que o Dr. Nilo começou a orar, os libertos ouviram com atenção. O orador manteve-se na altura do seu privilegiado talento. Foi aplaudido freneticamente.

Foram levantados vivas à república e a revolução. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 de abril de 1889, p. 2)

Nesse momento, 1889, parece-nos que havia uma preocupação real de parte dos republicanos de alcançarem os libertos⁹. A pesquisadora Maria Fernanda Fernandes observa que Silva Jardim se preocupava em reorganizar o trabalho dos libertos, ou melhor, uma nova relação, mais ordeira, do trabalho. (FERNANDES, 2008, p. 94-95)

Décio Saes observa que o movimento abolicionista, como os “caifazes” e outros, intentou abolir a escravidão e inserir os libertos no mercado de trabalho (braçal) assalariado nas cidades ou no campo. No entanto, com a chegada da Abolição, em 1888, foram incapazes de continuar em um movimento por uma Reforma Agrária. Saes constata também que entre os libertos não surgiu nenhuma liderança que formasse uma frente de ex-escravos (libertos) camponeses contra o latifúndio. (SAES, 1985, p. 332-336)

No dia 13 de maio de 1889, primeiro aniversário da Abolição, a associação “Imprensa Fluminense” não se reuniu para fazer uma grande festa de aniversário da “Lei Áurea”. A comemoração foi organizada pelo governo Imperial e pela Confederação Abolicionista, com dimensões muito menores do que a grande festa da “Imprensa Fluminense”. Na *Gazeta de Notícias* a comemoração não recebeu o mesmo espaço do ano anterior. Na edição de 14 de

⁹ É bastante ilustrativo que em março de 1888 foi organizado um Congresso Agrícola em Campos para tratar da nova relação com os libertos. A presidência do mesmo foi dada aos republicanos-abolicionistas Francisco Portela, Nilo Peçanha e Cândido Lacerda. (MATTOS, 2013, p. 246-247)

maio de 1889, as festividades ocuparam metade da primeira página. Não houve manchetes garrafais ou gravuras, como no ano anterior. O jornal limitou-se a acompanhar os festejos.

Pode-se imaginar que os libertos não sabiam se organizar, por isso a *Gazeta de Notícias* não apresentou essas organizações. Em nossa pesquisa nas edições do periódico encontramos poucas associações de libertos. A mais comentada e apresentada foi a “Guarda Negra”. Encontramos além dela mais três: Sociedade Amantes da Liberdade, Club dos Libertos de Niterói e Club Republicano dos Homens de Cor. Essas aparecem uma vez dentro de artigos no periódico. O último apareceu na festa de comemoração de 100 anos da Revolução Francesa, 14 de julho de 1889, citada como participante do evento. A segunda, organizando um festejo em Niterói em comemoração ao aniversário da Abolição, no entanto este tinha como presidente um branco, o abolicionista-republicano, João Clapp. A primeira, aparece na festa de aniversário da Abolição, no Rio de Janeiro. Ela foi citada pela *Gazeta de Notícias* no préstito da comemoração, vejamos: “Passou na rua do Ouvidor, um grupo de homens de cor, da Sociedade Amante da Liberdade, levanto o respectivo estandarte. Por esse grupo foi saudada a imprensa”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de maio de 1889, p. 1) Essa foi a única referência, do periódico, a um organização de libertos que participou da Festa de Aniversário da Abolição.

Outra organização de libertos que aparece no periódico foi a Liga dos Homens de Cor, só que nos anúncios pagos da página 4. Esses convocavam os seus associados para as reuniões e deliberações da Liga.¹⁰ Esses anúncios só apareceram no ano de 1889 e os redatores do periódico não se interessaram em conhecer ou divulgar seu trabalho.

A *Gazeta de Notícias* retratava o liberto¹¹, no Pós-Abolição, como um problema social, inculto e desumano. Isso se aproxima das observações de Lilia Moritz Schwarcz, que ao estudar os jornais paulistas no final do século XIX, constatou:

..., a partir do final da década de 1880, e quanto mais nos aproximamos da data da libertação dos escravos e do conseqüente “acesso” destes à cidadania, mais vão reificando-se e tornando-se predominantes representações que se referem ao caráter degenerado desses elementos. (SCHWARCZ, 1987, p. 224)

¹⁰ O pesquisador Petrônio Domingues informa-nos que a Liga se organizou em 1888 e em 1890 deixou de existir. Essa promovia conferências sobre “interesses gerais da sociedade”, reuniões sociais, assembleias, homenagens a aliados tidos como beneméritos e ações a favor dos “homens de cor”. Sua diretoria era composta por Antonio Luiz do Espírito Santo Castro (seu primeiro presidente), José do Patrocínio, Geraldo José Alexandre das Mercês, Assindino Serveliano José Gomes, Agostinho Alves e Honorato de Santa Rosa, entre outros. José do Patrocínio não permaneceu por muito tempo da associação. (DOMINGUES, 2014, 252-255)

¹¹ A *Gazeta de Notícias* classificava todos os negros nascidos livres, os negros livres antes de 1888 e os negros libertados no dia 13 de maio de 1888 como libertos.

Para a autora, há uma transformação mais efetiva na descrição do negro após o Advento da República: “O negro era então representado como um indivíduo que, através de suas ações, distanciava-se dos padrões de comportamento da jovem República, o que se explicava perfeitamente a partir da delimitação de seu passado ou através da verificação de suas características raciais”. (OP. CIT., p. 225)

A historiadora Hebe Mattos, em sua pesquisa, analisou fontes como jornais da região cafeeira do Vale do Paraíba, os atos das Câmaras Provinciais e os relatórios dos presidentes das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e constatou que com o Advento da República houve uma diferenciação racial e um preconceito em relação aos libertos. Segundo a autora a República iria abandonar a “referência aos libertos, prevalecte nos últimos meses da Monarquia, passando a operar principalmente a dicotomia “nacionais x imigrantes”. Estenderia, assim, a todos os nacionais, à exceção da elite, a marca da inferioridade racial...” (MATTOS, 2013, p. 362)

Este artigo objetivou-se a pesquisar um período infinitamente menor que o de Mattos. No entanto, nesse pequeno tempo observado, devemos salientar que o liberto ou negro foi uma peça importante nas proposições políticas do Império, notadamente na oposição republicana (parte dela) e dos indenizistas. Os últimos, buscava ressarcir a perda do patrimônio, mas não esqueciam de propor políticas de compensação para os libertos. Uma carta, de 11 de agosto de 1889, da Princesa Isabel para o Visconde de Santa Vitória, nos revela que o sentimento de compensação aos libertos era algo forte entre parte da elite e da Monarquia:

Fui informada por papai que me colocou a par da intenção e do envio dos fundos de seu banco em forma de doação indenização aos ex-escravos libertos em 13 de maio do ano passado, e o sigilo que o Sr. pediu ao presidente do gabinete para provocar reação violenta dos escravocratas. Deus nos proteja se os escravocratas e os militares saibam desse negócio, pois seria o fim do atual governo e mesmo do Império e da casa Bragança no Brasil. (...)

Com os fundos doados pelo Sr. teremos oportunidade de colocar estes ex-escravos, agora, livres, em terras suas próprias trabalhando na agricultura e na pecuária e delas tirando seus próprios proventos. (PRINCESA ISABEL. Apud: ALVES, 2009, p. 228-229)

A julgar pelo conteúdo dessa carta o liberto só perdeu com o Advento da República¹². A *Gazeta de Notícias* não captou ou não quis apresentar essa defesa veemente pelo liberto.

¹² Nas Atas do Governo Provisório (1889-1891) reproduzidas por Dunshee Abranches (1907) a “reserva moral” abolicionista Ruy Barbosa e Quintino Bocayuva jamais incensaram discutir o futuro dos libertos.

CONCLUSÃO

Ao nos concentrarmos no estudo de dois anos, 1888-1889, observamos que os políticos indenizistas defendiam algum tipo de proteção social aos libertos, principalmente a pequena propriedade. Entretanto, a imprensa não repercutiu essa possibilidade para eles. Observamos que o liberto era um grupo importante para a retórica dos republicanos, embora não tenhamos localizado nenhuma proposta ou defesa de distribuição de terras feita pelos republicanos.

Em um fugaz momento o liberto, negro, teve a oportunidade de negociar salário e melhores colocações de trabalho, principalmente no campo. No entanto, o mesmo não se organizou para que esse movimento se tornasse permanente. A Guarda Negra uma organização de “libertos”, uma das poucas que apareceu na *Gazeta de Notícias*, não se preocupou em defender o liberto ou suas necessidades socioeconômicas, mas sim, foi uma entidade de defesa da princesa e da Monarquia.

Ao avaliar os libertos na pós-Abolição na *Gazeta de Notícias*, pela metodologia da Teoria da Agenda, nos deparamos com mudança de apresentação do negro de “educados”, antes da Abolição, para vagabundos, depois de libertado. Observamos que a periódico escolheu mostrar organizações de libertos ligadas ao atraso, a Monarquia, ou seja, a Guarda Negra. Essa teve grande exposição. O mesmo não ocorrendo com as demais associações que localizamos em suas folhas, como o Club Republicano dos Homens de Cor ou a Liga dos Homens de Cor.

Percebemos que a imprensa “aboliconista”, que o periódico “representava”, não defendeu um bem maior para o liberto, pois não repercutiu as propostas que estavam sendo gestada no seio da Monarquia e em parte dos membros da “elite” nacional. Para o jornal a entrada do Brasil na “civilização”, estava apenas como fim da escravidão, mas não com alguma proteção social do liberto.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. **Actas e Actos do Governo Provisório**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

ALVES, Uelinton Farias. **José do Patrocínio**: imorredoura cor de bronze. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. **Falas do Trono**: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: INL, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política. Teatro de Sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. **Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930).** São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 34, nº 67, 2014, pág. 251-281.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República.** São Paulo: Humanitas, 2008.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: **Gazeta de Notícias**, 1888 e 1889.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão.** São Paulo: Editora Unesp, 2006.

LAGO, Luiz Aranha Correa do. **Da escravidão ao trabalho livre: Brasil de 1550-1900.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MACHADO, Humberto. **Abolição e cidadania: a guarda negra da redentora no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro, vol. 5, n.3, setembro-dezembro, 2013, pág. 505-524.

MACHADO, Humberto. **Palavras e Brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro.** Niterói: Editora Eduff, 2014.

MATTOS, Augusto Oliveira. Da espontaneidade à ação política: a Guarda Negra da Redentora (discussão historiográfica). In: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo & Flávia Florentino Varella (org.). Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. **A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas.** Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio.** São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública.** Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MELLO, Maria Tereza Chaves. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do império.** Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890.** Rio de Janeiro: Access, 1999.

VIDIPÓ, George. Burgos agrícolas e a pequena propriedade nos jornais do século XIX. In: SARMIENTO, Erica (coord.). **E-Imigração em debate: novas abordagens na contemporaneidade.** Niterói: Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura, 2018, pág. 9-22.

VIDIPÓ, George. Imprensa Neutra: uma análise necessária. In: REGO, Ana Regina (et. al.). **Os desafios da pesquisa em história da comunicação: entre a historicidade e as lacunas da historiografia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019, pág. 355 – 378.